

Uma publicação do Instituto Genildo Batista



Passeata Panela Vazia - Fonte: Rede Brasil Atual

As greves no último período, os desafios da classe trabalhadora e o papel das centrais sindicais

Por Gesa Linhares Correa
e Lujan Maria Bacelar de Miranda***

Breve resgate histórico

Inicialmente, ressaltamos a importância de se lembrar sempre a origem dos direitos e das greves, analisar e entender como tudo está interligado.

A perda dos direitos e o congelamento de salários, aposentadorias e pensões não é algo isolado: é parte de um mesmo processo de destruição do que resta de serviços públicos e da tentativa de escravização da população e controle total do país.

Caminha-se a passos largos para a barbárie!

GARANTIA DE DIREITOS E GREVES

Há apenas 134 anos,
em 1888, foi legalmente "abolida"
a escravidão no Brasil.

Há apenas 88 anos,
em 1934, foram assegurados
na Constituição Federal
direitos trabalhistas e direitos
sociais para as classes populares.

Os direitos, tanto no passado
quanto no presente, são fruto das
inúmeras manifestações e greves.

De onde veio o nome Greve e a primeira greve realizada no Brasil

No século XIX, no início da revolução industrial, havia uma praça em Paris onde os trabalhadores faziam reuniões quando estavam descontentes com as condições de trabalho.

Naquela localidade acumulavam-se os gravetos trazidos pelas enchentes do rio Sena. Daí surgiu o nome greve, originário de graveto. (Sergio Pinto Martins. 24ª Ed. 2008, Direito do Trabalho).

A primeira greve, então denominada de “parede”, que se tem notícia no Brasil ocorreu em 1789 no Engenho de Santana de Ilhéus, no Recôncavo Baiano. Naquela greve, escravos crioulos (nascidos no Brasil) paralisaram o trabalho, mataram o feitor, pegaram as ferramentas do engenho e refugiaram-se nas matas. Pleiteavam melhores condições dentro da escravidão, conforme o documento “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” <https://bityli.com/JGclTD>

Outro movimento grevista historicamente importante ocorreu em 1917, em São Paulo, uma greve considerada como Geral pois paralisou toda a cidade.

Foi uma iniciativa dos operários, que contou com líderes trabalhistas que se identificavam como anarquistas e socialistas.

Consideramos também importante mencionar a que ficou conhecida como “A greve dos 300 mil”, no final do ano de 1953. Antes, em 18 de março de 1953 foi realizada a passeata com 60 mil pessoas, que saiu da Praça da Sé em direção ao Palácio dos Campos Elísios, a qual ficou na história como a passeata da “Panela Vazia”.

Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953



EXTERMÍNIO E ESCRAVIDÃO

O Estado brasileiro exterminou mais de 5 milhões de indígenas e escravizou cerca de 4 milhões de pessoas trazidas à força da África e vendidas como escravas.

Crimes contra a humanidade, que nunca foram reparados!

No passado, como no presente, tudo é feito pelas elites e governantes de plantão, em nome do desenvolvimento, da modernidade e da democracia.

Mas a realidade do povo brasileiro, ontem como hoje, comprova que o real objetivo é fortalecer a propriedade privada e beneficiar as elites, especialmente os banqueiros.

É uma política do Estado brasileiro, subserviente aos interesses e imposições internacionais

<https://bityli.com/GXkdF>

Brasil: condições de sobrevivência insuportáveis!

Categorias vão à luta em defesa dos direitos e da vida!

O Brasil tem índices insuportáveis quanto às condições de sobrevivência para a população.

O mercado de trabalho atingiu proporção recorde de desemprego de longo prazo: mais de 30% dos cerca de 12,1 milhões de desempregados estavam em busca de uma vaga havia dois anos ou mais (quarto trimestre de 2021, dados do Ipea).

Quanto aos trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada, houve avanço de 9,3%, enquanto o número de ocupados sem carteira atingiu 19,8% e de trabalhadoras/trabalhadores por conta própria, 10,3%.

Os dados sobre insegurança alimentar (incerteza sobre se a pessoa vai conseguir ou não alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sua sobrevivência) são assustadores: mais da metade da população brasileira — 116 milhões de pessoas estão nessa situação e pelo menos 19 milhões passam fome.

O número de mortes provocada pela política genocida do governo Bolsonaro já ultrapassou os 663 mil e apesar da tendência de queda, a pandemia não está controlada e nem o país está preparado para possíveis novos surtos.

Num quadro de violência generalizada e corrupção comprovada dos/das governantes, as categorias deliberaram atos e greves em vários estados do Brasil, dando início à campanha salarial de 2022. Os trabalhadores, trabalhadoras e o povo em geral não aguentam mais o aumento absurdo da inflação, que nos últimos 12 meses chegou a 11,3% (dados do IBGE, de março/2022).

Com o discurso mentiroso de que é para controlar a inflação a equipe econômica do governo aumenta a taxa Selic, que influencia as demais taxas de juros. Ela passou de 2% em janeiro/2021 para 11,75% em março de 2022. Isso contribui ainda mais para o crescimento da inflação, que é consequência do aumento dos preços administrados pelo governo federal, tais como: gasolina, gás, aluguel, luz e água. Deste modo, estrangulando, também, o orçamento das famílias que possuem emprego.

Recursos existem e a realidade da classe trabalhadora e do povo brasileiro em geral poderia ser outra, se o governo priorizasse os interesses da população e não os interesses dos banqueiros.

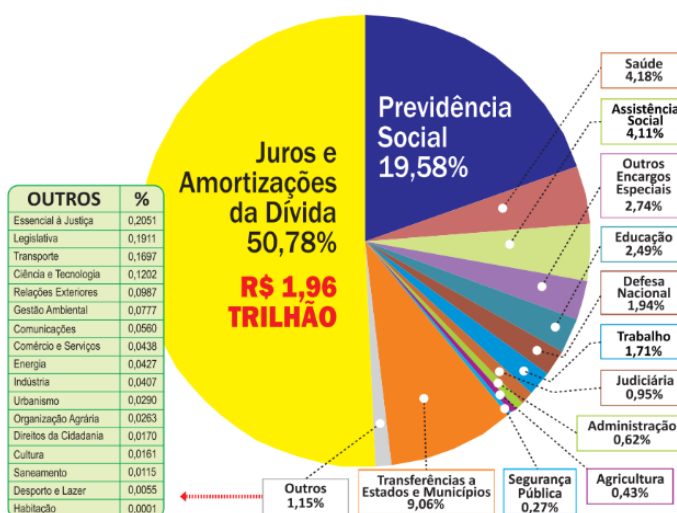
Confira dados da Auditoria Cidadã da Dívida, que demonstram que sobra dinheiro para juros e falta para o reajuste dos servidores públicos e para garantir os direitos sociais

<https://bityli.com/CBMsJi>

É urgente e necessária a realização de uma greve geral, mas, infelizmente não houve unidade entre todas as centras sindicais sobre a deflagração da Greve Geral e sobre a construção de uma mobilização unitária nas ruas que de fato pudesse pressionar a derrubada do governo Bolsonaro.



Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 Trilhões



Fonte: https://www1.sisp.planejamento.gov.br/QuAIAZ7j/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Documentaria.qvw&host=CVS%40pp04&anonymous=true&sheet=SH06
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 2/2/2022. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta por gastos com cumprimento de Sentenças Judiciais e outros gastos).

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

Confira algumas greves realizadas ou em curso!

Na educação:

Na educação podemos citar algumas greves, mas sem qualquer sinalização da CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores e Educação - em coordenar uma greve unificada desse setor.

Motivos para a unificação são muitos: ataques frontais aos direitos duramente conquistados pela educação, criminosa reforma do ensino médio e não aplicação correta dos valores do Fundeb em vários municípios.

A “redistribuição da verba do FUNDEB do que sobrou no ano passado”, que deveria ter proporcionado a revisão dos pisos salariais para toda a categoria em cada estado e município, foi utilizada como benesse dos governos, como prêmios no final do ano, e dessa forma não garantiu a real valorização dos/das profissionais da educação e excluiu aposentados e aposentadas.

Trabalhadores e trabalhadoras em educação do Piauí estão em greve desde 23/02/2022, reivindicando pagamento dos reajustes salariais dos anos de 2019, 2020 e 2022, em conformidade com a lei do Piso Nacional dos Professores.

No Pará, os trabalhadores e trabalhadoras em educação (vigilantes, secretários, merendeiras, auxiliares de serviços gerais e outras funções) iniciaram uma greve da categoria no último dia 6 de abril reivindicando à prefeitura de Belém (PA) o pagamento de um salário-mínimo (R\$ 1.212,00) como vencimento base, plano de carreira unificado e melhorias nas condições de trabalho entre as principais reivindicações.

No Rio de Janeiro ocorreram mobilizações e greves municipais como em São Gonçalo, em defesa do Plano de Carreira.

O que temos visto são medidas adotadas por prefeitos e prefeitas, governadores e governadoras, que atacam os planos de carreiras, antecipando pontos da PEC 32 (contrarreforma administrativa), que a mobilização de 2021 conseguiu paralisar.

Outras categorias:

Os garis do Rio de Janeiro cruzaram os braços no dia 28/03/2022 e a sociedade teve que conviver com a cidade transformada num lixão a céu aberto por cerca de duas semanas.

Além de enfrentar o prefeito Eduardo Paes, tiveram que enfrentar também a direção sindical - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do município - Siemaco-RJ e a repressão da Guarda Municipal.

Na última assembleia, ficou autorizado pelos garis que o sindicato negociasse um reajuste de 15% dos salários e o reajuste do tíquete alimentação, além do abono de faltas dos dias de greve, exigindo a retomada das negociações e a libertação das lideranças que foram presas.



Fonte: Boitempo

Demais categorias como rodoviários de São Luís (MA), e no Rio de Janeiro, funcionalismo municipal, estadual e federal de várias categorias e trabalhadores/trabalhadoras da mineração, metalúrgicos, metroviários, realizam greves, protestos e paralisações em estados diferentes, uma comprovação de que existe disposição de lutar por direitos e reajuste salarial, muitos congelados há mais de 4 anos.

É preciso destacar também a luta dos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos (Apagão dos Apps) que simbolizam a uberização do trabalho, a superexploração e precarização do trabalho de motoristas e entregadores/entregadoras de aplicativos que deflagraram greves e manifestações em pelo menos 16 cidades brasileiras, desde a o dia 19/03/2022. Essa forma uberizada de trabalho já se estende a diversas categorias, uma dura realidade que ganhou força a partir da pandemia.

Outra importante greve é a dos trabalhadores e trabalhadoras da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em Volta Redonda/RJ, por salários, direitos e anulação das demissões feitas em função da greve. Trabalhadores e trabalhadoras da CSN deixam importante exemplo de luta com essa histórica greve, onde cerca de 6.060 operários/operárias rejeitaram proposta muito abaixo da pauta apresentada à empresa.

Nessa mesma disposição de lutar por direitos temos o grito de guerra - "EU NÃO VOU EMBORA!" grito em defesa dos empregos e direitos na Avibras, em Jacareí, em greve por tempo indeterminado.

FENASPS: a luta continua!

Servidores e servidoras do Ministério do Trabalho e Previdência marcaram atos nos estados no dia 12 de abril, às 9h e um ato unificado no dia 14, às 13h, na avenida Prestes Maia - São Paulo, para dar visibilidade à greve do setor, que tem como principal reivindicação a recomposição salarial emergencial de 19,99%, melhores condições de trabalho, plano de carreira e realização de concursos públicos.

Das greves de 2022, a greve de trabalhadores e trabalhadoras da base da Fenasps é uma das mais longas ainda em curso.

Infelizmente a decisão de construir greve unificada de todas as categorias dos servidores e servidoras federais não se concretizou ainda, apesar das reuniões realizadas no FONASEFE.

Os servidores e servidoras públicas federais do Trabalho e Previdência Social deflagraram greve por tempo indeterminado a partir do dia 23 de março de 2022.

Há greve em 26 Estados e no momento há um processo de mobilização para que "todos os servidores e servidoras do INSS, Saúde e Trabalho (de todas as modalidades de trabalho: Presencial, Teletrabalho e Trabalho remoto) se somem a esta luta".

Até a presente data, o presidente do INSS, Guilherme Serrano, não estabeleceu a mesa de negociação.

Recebeu representantes do Comando Nacional de Greve da FENASPS e representantes da CNTSS, no dia 11 de abril, mas se limitou a encaminhamentos sobre os pontos da pauta.



Vale destacar que a categoria em luta não aceita que a jornada de trabalho seja substituída por produtividade, abolindo a carga horária, pois significaria avançar num regime de trabalho mais precarizado ainda e similar a funções análogas à escravidão.

Não existe condições de se amargar mais um ano sem recomposição das perdas salariais, sem o reajuste salarial devido para garantir o acesso a itens básicos como alimentação, moradia, saúde, remédios, energia elétrica, gás de cozinha, entre outros.

Os servidores e servidoras têm realizado atos em Brasília e nos estados, visando instalar uma negociação efetiva com o governo federal pela recomposição salarial emergencial, que atenda a todo o funcionalismo e não somente aos agentes de segurança, como quer o presidente da república. Em São Paulo, no dia 18 de abril, a categoria ocupou a SR1 (Sede do INSS), como forma de pressionar o governo a negociar.

A luta dos servidores e servidoras é uma luta da sociedade, uma luta em defesa dos serviços que tais trabalhadores e trabalhadoras prestam à população, na esfera municipal, estadual e federal.

Além das reivindicações específicas das diversas categorias, os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público têm lutado pela derrubada da lei do teto de gastos, contra a PEC 32, contra a contrarreforma administrativa, contra as privatizações, como a da Eletrobrás.

A Auditoria Cidadã da Dívida – ACD tem dado valiosa contribuição às diversas categorias e à sociedade, provando, com base em dados oficiais do governo, que existe dinheiro mais do que suficiente para garantir auxílio emergencial digno, condições de produção e de circulação das mercadorias dos pequenos e médios produtores, saúde, educação, saneamento e crédito para fortalecer os pequenos e médios negócios, bem como garantir as reivindicações das servidoras e dos servidores públicos, bastando para tanto, utilizar os recursos financeiros que estão no Banco Central, no Tesouro Nacional e as Reservas Internacionais.

Tem também denunciado para a sociedade, através de diversos materiais, interpelações extrajudiciais, e inúmeras conversas (*lives*) com especialistas e representantes dos diversos setores, categorias, empresas e organizações, que as terceirizações e privatizações só interessam ao grande capital, especialmente, bancos e mineradoras. E que prejudicam fortemente a população e o meio ambiente, pois o saque das riquezas financeiras e naturais impacta diretamente a vida em todas as suas formas.

E o papel da Centrais Sindicais, Confederações e Federações?

Temos certeza de que o movimento sindical tem condições de apontar uma saída para a crise criada e alimentada pelo grande capital, com atos unificados e construção da Greve Geral que envolvesse o conjunto da população excluída dos direitos fundamentais básicos, retomando o que poderia ser chamada de “Panela Vazia”.

Mas, é imprescindível romper com a política de conciliação de classe e com a ilusão de que todos os problemas se resolverão com eleições.

É necessário acabar com a sonegação de impostos por parte das empresas, com as desonerações e isenções fiscais, com o calote das empresas e governos para com o INSS.

É preciso romper com o sistema da dívida, com o sistema capitalista, um sistema de exploração, opressão, saque, destruição e morte das pessoas e do planeta.

Urge que as direções das Centrais Sindicais, Confederações e Federações atuem junto às bases das categorias que dizem representar, como fazem a CSP Conlutas e a FENASPS, por exemplo, e insistam junto às demais entidades nacionais pela construção da unidade de ação para enfrentar o conjunto de ataques aos direitos do conjunto da classe trabalhadora e do povo brasileiro em geral.

A história das organizações da classe trabalhadora tem mostrado que a burocracia sindical precisa ser derrotada. Se “todos pertencem ao mundo do trabalho, ou a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1995), não podemos admitir que a superexploração da força de trabalho imposta pelo sistema capitalista siga sem o devido enfrentamento para derrubá-lo.

A SAÍDA É A LUTA COLETIVA!
Só assim as vitórias e conquistas virão!

* *Dirigente do IGB e da CSP Conlutas*

** *Dirigente do IGB, coordena o Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida – NC-ACD*